



EDIÇÃO COMEMORATIVA



Quando seus
colaboradores
têm + leveza
e tranquilidade,
a empresa
tem muito

+ crescimento

SEGURO VIDA EM GRUPO PREVISUL

Um seguro perfeito para quem trabalha
no segmento de vigilância.

Conheça as coberturas:



Morte Qualquer Causa



Invalidez Permanente Total
ou Parcial por Acidente



Invalidez Funcional
por Doença



Capital Segurado:
R\$106.790,45



Custo Individual Mensal:
R\$12,18

Aproveite as facilidades da operação Previsul e transfira sua apólice de Seguro:

- Dispensa o preenchimento da Declaração Pessoal de Saúde DPS
- Não há limite de idade para as vidas transferidas*
- Para novas inclusões o limite de idade é de 70 anos
- Manutenção da taxa por 24 meses
- **Sem intermediação de Clube de Benefícios**
- **O contrato e o boleto são emitidos diretamente pela Previsul Seguradora.**

*A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco pela Seguradora.

(31) 2532-2411

operacional@colinasagradaconsultoria.com.br



**CONSULTORIA
E ASSESSORIA**

Parceiro

previsul
SEGURADORA

30 anos

SÓ CHEGAMOS
ATÉ AQUI PORQUE
TRABALHAMOS
JUNTOS
PELA SEGURANÇA.



Há 30 anos, o Sindesp-MG defende, orienta, coordena e representa legalmente o segmento da Segurança Privada em Minas Gerais.

Saiba mais sobre o Sindesp-MG e as empresas associadas.
Acesse www.sindesp-mg.com.br



Sindesp MG
Sindicato das Empresas de Segurança
e Vigilância do Estado de Minas Gerais



**QUEM NASCE
COM O DNA DA
SEGURANÇA
SABE A
IMPORTÂNCIA
DE TER UM
SINDICATO
FORTE E UNIDO.**

**PARABÉNS
SINDESP-MG
PELOS SEUS
30 ANOS.**



Transporte de valores

grupofortebanco.com.br

FORTEBANCO | Matriz Belo Horizonte: Rua Divinópolis, 166 - Santa Tereza
Filial São Paulo: Rua Conde Prates, 874 - Parque Mooca

FIDELYS | Matriz Belo Horizonte: Rua Turmalina, 34 - Prado
Filiais MG: Juiz de Fora - Montes Claros - Governador Valadares - Pouso Alegre



Caros associados

Tenho utilizado este espaço, ao longo de nossa gestão, para divulgar projetos, mudanças e acontecimentos constantes ocorridos em nosso setor.

Mas, hoje, me orgulho de tratar aqui das comemorações dos 30 anos de atuação do Sindesp-MG no mercado mineiro. Uma marca de coragem, de combate à segurança clandestina e de inúmeras conquistas.

Para deixar gravado na história, a entidade reuniu, em grande estilo, no Ouro Minas Palace Hotel, em Belo Horizonte, autoridades, empresários de vários estados da federação e presidentes de entidades do setor. A matéria completa sobre as comemorações você encontra nesta edição.

Ao longo de todos estes anos, o Sindesp-MG sempre se esforçou para representar, de forma ética e comprometida, o segmento de segurança privada em Minas Gerais, e sucessivas diretorias

deram suas contribuições. Cada presidente deixou marcas significativas na construção de uma entidade forte e representativa. Não posso deixar de render minhas sinceras homenagens aos presidentes que me antecederam: Alberto Pessoa Calmon, José Geraldo Coutinho, Pedro Alberto Sansão Cabalzar e Luiz Sebastião Santana.

Enfim, o combate à segurança clandestina tem sido ação constante do Sindesp-MG, em conjunto com órgãos de fiscalização e controle. As relações intersindicais edificadas no decorrer destes 30 anos nos permitiram mitigar, em muito, os conflitos entre capital e trabalho. Além disso, sempre nos fizemos presentes em lutas promovidas pela Fenavist, visando ao fortalecimento do setor.

Confesso que não nos faltou, nesta caminhada, disposição para o trabalho. Só temos a agradecer.

Um forte abraço!

Edson Pinto Neto

Presidente do Sindesp-MG



Nº 26 - Outubro de 2018

A **Revista Em Ação** é uma publicação do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais - Sindesp-MG. Avenida Raja Gabaglia, 2.000 - Torre I - Sala 334 - Condomínio Parque Avenida - Estoril - Belo Horizonte - MG - CEP: 30494-170 | Tel.: (31) 3327-5300

Faça contato

Para enviar comentários, sugerir matérias e artigos ou registrar críticas, entre em contato conosco pelo telefone (31) 3327-5300 ou pelo e-mail sindesp-mg@sindesp-mg.com.br.

Associe-se ao Sindesp-MG.

www.sindesp-mg.com.br | [www.facebook.com/ SindespMinasGerais](https://www.facebook.com/SindespMinasGerais) | [instagram.com/sindespmg](https://www.instagram.com/sindespmg)

NESTA EDIÇÃO



12

ENTREVISTA

Compliance e a sua importância para o mundo corporativo



22

LEGISLAÇÃO

Segurança privada e a legislação brasileira



26

INTEGRAÇÃO

Fenavist se reúne com ministro da segurança pública



48

SAÚDE

Cigarro é responsável pela morte de 7 milhões de pessoas em todo o mundo

16

ARTIGO

Vamos deixar as desculpas para os concorrentes?

18

INFORME JURÍDICO

STF decide que é lícita a terceirização em todas as atividades empresariais

19

INFORME JURÍDICO

Dano moral coletivo exige lesão intolerável de valores fundamentais da sociedade

20

INFORME JURÍDICO

Baixo valor da causa não impede recurso em matéria constitucional

28

ARTIGO

A violência urbana e a importância da segurança privada

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Edson Pinto Neto

Diretor-Vice-Presidente

Christian Bernardo Sepúlveda Toffalini

Diretor-Secretário Administrativo

Everton da Silva

Diretor Econômico-Financeiro

Renato Fortuna Campos

Diretor Social

José Roberto Gustavo de Souza

Diretor para Assuntos Sindicais e Cursos de Formação

Gilson Naves de Souza

Diretor para Assuntos de Escolta Armada e Segurança Pessoal

Marcelo Oscar Ferlini

Diretor para Assuntos Jurídicos

Gustavo Augusto Castro e Lellis

Diretor para Assuntos de Segurança Eletrônica

Vasco Veiga Alves

Diretor para Assuntos de Mercado, Planejamento e Marketing

José Afonso de Oliveira Cunha

30 ANOS SINDESP-MG



30

ABERTURA
Abertura



32

PRESTÍGIO



34

EMPRESAS HOMENAGEADAS



38

CONFRATERNIZAÇÃO

50

ROTEIRO DE MINAS
A bucólica Milho Verde

52

SOLIDARIEDADE
Sindesp-MG estimula empresas a investir em projetos de responsabilidade social

54

GASTRONOMIA
Salmão grelhado com risoto de abóbora e açafrão

56

EMPRESAS ASSOCIADAS

**CONSELHO
FISCAL**

Membros Efetivos

Eliton Ferreira dos Santos
Laurence Gustavo Pinto Neto
Leonardo Vieira Brandão

Membros Suplentes

Carlos Roberto Cabral de Souza
Afonso de Oliveira Silva
Magno Ventura Cardoso

Assessoria Jurídica

José Costa Jorge

EDITORIAL

**Assessoria de Mercado,
Planejamento e Marketing**
Valéria Teixeira

Jornalista Responsável
Flávia Presoti (MG 05533 JP)
Presoti Comunicação

Revisão
Teka Leite
Text Only

Redação
Anna Carolina Ludendorff
Ana Abreu
Flávia Presoti
Maristela Bretas

**Capa, Diagramação
e Projeto Gráfico**
CYB Comunicação

**SEGURANÇA CLANDESTINA
NÃO CAIA
NESTA
ARMADILHA**



O BARATO PODE SAIR CARO!

Contrate somente Segurança Privada
autorizada pela Polícia Federal.



COMPLIANCE E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O MUNDO CORPORATIVO

O especialista Bruno Torchia explica que a prática de *compliance* fortalece os controles das empresas, monitorando o cumprimento da legislação e regulação aplicadas ao negócio. Isso garante transparência, processos de conduta ética e boa reputação no mercado

O setor empresarial tem sofrido mudanças no decorrer dos anos. Visando sempre ao crescimento, as empresas estão, cada vez mais, aderindo a normas e procedimentos para garantir o aumento do lucro, manter ou melhorar a reputação e ter uma margem de erro cada vez menor. É necessário, dentro desse segmento de normas, que tanto o líder da empresa quanto os funcionários tenham noção da necessidade de haver regulamentos que assegurem a ética do ambiente.

Em entrevista concedida à revista Sindesp-MG em Ação, Bruno Torchia, responsável por mi-

nistrar auditoria, implementação de medidas de integridade, investigações internas, revisão de controles internos e processos administrativos de responsabilização (PAR), explica o que é esse conjunto de normas e sua aplicação dentro das empresas.

Bruno é advogado, professor de Direito em cursos de graduação e pós-graduação, mestre em Direito Público e especialista em Compliance Anticorrupção pela IBS/FGV.


Em Ação - O que é *compliance*?

Bruno Torchia - *Compliance* é entendido como o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo a denúncias e irregularidades que uma pessoa jurídica adota, com o objetivo de demonstrar aderência às leis e regulamentos internos, bem como para externar seu compromisso com a ética, preocupando-se em evitar a prática de corrupção no ambiente corporativo.

Em Ação - Como as empresas de segurança privada podem aplicar o *compliance* no dia a dia?

Bruno Torchia - Inicialmente, é importante esclarecer que o *compliance* é uma ferramenta de gestão que pode ser aplicada a qualquer empresa (grandes, médias ou pequenas) de qualquer segmento (comércio, indústria, serviços, etc.). As empresas





de segurança privada precisam buscar consultoria específica e se capacitar para implantar mecanismos de auditoria, notadamente criando códigos de ética e de conduta e outras normas internas que auxiliem no cumprimento da legislação (Política de Compras, Política de Brindes, Política Anticorrupção, por exemplo), além de estruturar um canal de denúncias. O programa de *compliance* nunca é definitivo, deve sempre ser aperfeiçoado; motivo pelo qual se torna parte da rotina da empresa.

Em Ação - Quais os benefícios de se aplicar o *compliance*?

Bruno Torchia - As empresas que possuem *compliance* são vistas com bons olhos pelos parceiros de mercado e pelos próprios órgãos estatais. A partir do momento em que uma pessoa jurídica, por meio de sua alta direção, adota o compromisso de cumprir as leis e contribuir para a disseminação da cultura de integridade, ela aumenta o valor de sua marca e protege o que tem de mais importante, que é a sua reputação. E não é só. Já é possível perceber iniciativas de vários entes federativos, como o Distrito Federal e o município do Rio de Janeiro, que só vão permitir que participem de licitações pessoas jurídicas que já tenham o *compliance* implantado.

Em Ação - Que diferenciais as empresas que aderem a esse conceito têm em relação às demais?

Bruno Torchia - As empresas que adotaram o *compliance* possuem a vantagem de ter prevenido, ou ao menos mitigado, a prática da corrupção nos seus domínios, o que as eximirá da aplicação das penas da Lei Anticorrupção, extremamente severas, que vão desde multa (que pode chegar a 60 milhões de reais ou 20% do faturamento bruto anterior) até a dissolução da pessoa jurídica, sem prejuízo da responsabilidade penal de pessoa física envolvida ou administradores. E como a Lei Anticorrupção atingirá a empresa mesmo que o ato tenha sido praticado por um terceiro (um suborno oferecido por um funcionário de um prestador de serviço, por exemplo), a tendência é que as empresas só se relacionem com quem tenha um programa de *compliance* efetivo.

Em Ação - O *compliance* afeta positivamente os funcionários? De que forma?

Bruno Torchia - Sim. O *compliance* promove uma cultura ética na empresa, da alta direção até o último colaborador. Todos vão se empenhar em cumprir leis e regulamentos, bem como atuar de acordo com o código de ética e de conduta da corporação, previamente discutido pela gestão. Outro ponto im-

portante é o sentimento de tranquilidade dos funcionários em trabalhar em uma empresa ética. Não havendo corrupção e crimes no ambiente empresarial, esses funcionários não serão investigados nem figurarão como réus em processos criminais. Atualmente, grandes executivos só aceitam empregos em pessoas jurídicas com *compliance*.

Em Ação - E quanto aos líderes? De que forma são afetados?

Bruno Torchia - O primeiro pilar de todo programa de *compliance* é o apoio da alta direção, o que significa que os líderes devem disponibilizar recursos materiais e humanos para a implantação do programa, além de prestar o compromisso formal de aderir a todas as normas produzidas pela pessoa jurídica. Sem isso, jamais haverá programa de *compliance*. Daí a razão para que sejam efetivamente conscientizados.

Em Ação - Na sua opinião, qual a importância de o segmento da segurança privada se capacitar em *compliance*?

Bruno Torchia - Acredito que poderei transmitir aos empresários do segmento de segurança privada e vigilância a importância de adotar as práticas de *compliance*, mormente porque estamos falando de empresas cujos funcionários lidam diariamente com bens valiosos e podem praticar condutas consideradas corruptas, atraindo, conseqüentemente, a responsabilização para a pessoa jurídica e seus dirigentes.

"O *compliance* promove uma cultura ética na empresa, da alta direção até o último colaborador"



Em Ação - Quando e onde o *compliance* teve sua ascensão?

Bruno Torchia - O *compliance* surgiu nos EUA com a criação do Banco Central, em 1913. Sua ascensão se deu após o caso Enron, em 2001, quando a empresa americana, com capital de 25 bilhões de dólares, faliu em 21 dias em razão da prática de fraudes contábeis.

Em Ação - E quando começou a se consolidar no Brasil?

Bruno Torchia - Pode-se dizer que o *compliance* surgiu normativamente no Brasil em 1998, com a edição da Lei de Lavagem de Dinheiro, e foi remodelado com a edição da Lei Anticorrupção de 2013.

ANS nº 34880-5

VANTAGENS *exclusivas*

para associados do Sindesp MG

APROVEITE!

Plano familiar
com **PREÇO IMPERDÍVEL!**

Valor único para toda a família!

ISENÇÃO DE CARÊNCIA*

Inclua já
todos os seus funcionários
no plano sem carência!

* Consulte as condições
com o Executivo de Relacionamento
responsável pela sua empresa.

O plano de saúde ideal
com a qualidade e o preço
que você sempre sonhou

Promed
ASSISTÊNCIA MÉDICA

www.promedmg.com.br

  @promedmg

 MAIOR e MAIS PERTO de você

VAMOS DEIXAR AS DESCULPAS PARA OS CONCORRENTES?



Dalmir Sant'Anna
Professor, palestrante e mágico

Cheguei de madrugada a um hotel no litoral da Bahia para apresentar uma palestra durante a convenção de uma importante cooperativa de crédito. Expliquei ao recepcionista do hotel que o voo atrasou e eu estava bastante cansado. E se, por isso, existia a possibilidade de eu preencher o formulário de *check-in* posteriormente. Qual foi a resposta do recepcionista? Recebi um “**não**” o mais rápido que você possa imaginar! Perguntei então qual seria a finalidade daquele formulário e ele respondeu: “**Não sei para que serve; ninguém explicou isso desde que eu entrei aqui para trabalhar**”.

De que adianta realizar altos investimentos em publicidade se, ao chegar à recepção de um hotel, o cliente encontra o mau humor do recepcionista? Qual a finalidade de desenvolver ações de marketing na sua empresa de vigilância se um funcionário está desinformado da missão organizacional? Qual explicação para realizar extensas reuniões na elaboração de estratégias comerciais se os funcionários atendem ao telefone da empresa desmotivados e descontentes?

Relato essa pequena história para mostrar que conquistar um excelente atendimento não é tarefa fácil. É uma ação que exige compromisso e entendimento de todas as pessoas que compõem o time de um local de trabalho.

Perceba que um excelente atendimento não é uma ação isolada. Tenha um diálogo mais frequente com sua equipe com o objetivo de ouvir, dos seus funcionários, o que os clientes estão sugerindo na segurança privada. Estimule mudanças no atendimento telefônico, no *layout* da recepção, na sinalização do acesso de clientes até sua empresa e na quantidade de perguntas em um formulário, com ênfase na redução da burocratização e na rapidez na resolução de problemas.

Voltando ao hotel do litoral da Bahia, mesmo exausto, preenchi aquele formulário em pé, na recepção. E já imaginando escrever este texto com o intuito de ajudar a despertar um alerta em você e na sua equipe. Será que na sua empresa não há **burocracia demais** e **resultados de menos**?

Infelizmente, a segurança clandestina existe, porém não pode ser comparada como concorrência, e sim como competidores – que praticam preços inexequíveis com o objetivo de derrubar um trabalho coeso, honesto, justo e perfeito.

Por isso, deixe a burocratização desnecessária para seu concorrente. **Excelente atendimento não é somente falar, mas fazer acontecer**. Vamos colocar em prática a ação de um excelente atendimento. Que tal deixar os discursos e a catástrofe de um ineficaz atendimento para os seus concorrentes? Vamos tentar?

CRÉDITO CONSIGNADO BIORC.

Trabalhador com
as contas em dia
rende mais.



O Crédito Consignado Biorc nasceu há 9 anos para atender às necessidades do setor de vigilância e segurança. Conhecimento e confiabilidade que trazem benefícios para empresas e colaboradores.

biorcfinanceira.com.br • 0800 602 3311



© (31) 999543004 • 0800 603 5858 • 0800 031 7114



STF DECIDE QUE É LÍCITA A TERCEIRIZAÇÃO EM TODAS AS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 30 de agosto, que é lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, seja no meio, seja no fim. Ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958252, com repercussão geral reconhecida, sete ministros votaram a favor da terceirização de atividade-fim e quatro contra.

A tese de repercussão geral aprovada no RE foi a seguinte: “É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante”.

Na sessão desta quinta-feira, votaram o ministro Celso de Mello e a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. Para o decano, os eventuais abusos cometidos na terceirização devem ser reprimidos pontualmente, “sendo inadmissível a criação de obstáculos genéricos a partir da interpretação inadequada da legislação constitucional e infraconstitucional em vigor, que resulte na obrigatoriedade de empresas estabelecidas assumirem a responsabilidade por todas as atividades que façam parte de sua estrutura empresarial”.

O ministro Celso de Mello apontou que o movimento na Justiça Trabalhista, sobretudo com a proliferação de demandas coletivas para discutir a legalidade da terceirização, implica redução das condições de competitividade das empresas. “O custo da estruturação de sua atividade empresarial aumenta e, por consequência, o preço praticado no mercado de consumo também é majorado, disso resultando prejuízo para a sociedade como um todo, inclusive do ponto de vista da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados”, ponderou.

O decano citou ainda dados estatísticos que comprovam o aumento de vagas no mercado formal em decorrência do aumento da terceirização em empresas dos mais diversos segmentos econômicos. “O impedimento absoluto da terceirização trará prejuízos ao trabalhador, pois certamente implicará a redução dos postos de trabalho formal criados em decorrência da ampliação da terceirização nos últimos anos”, destacou.

A Ministra Cármen Lúcia destacou que a terceirização não é a causa da precarização do trabalho nem viola por si só a dignidade do trabalho. “Se isso acontecer, há o Poder Judiciário para impedir os abusos. Se não permitir a terceirização garantisse por si só o pleno emprego, não teríamos o quadro brasileiro que temos nos últimos anos, com esse número de desempregados”, salientou.

Para a ministra Cármen Lúcia, a garantia dos postos de trabalho não está em jogo, mas sim uma nova forma de pensar em como resolver a situação de ter mais postos de trabalho com maior especialização, garantindo a igualdade entre aqueles que prestam o serviço sendo contratados diretamente e os contratados de forma terceirizada. “Com a proibição da terceirização, as empresas poderiam deixar de criar postos de trabalho”, afirmou.

Em sessões anteriores, os ministros Luís Roberto Barroso (relator da ADPF), Luiz Fux (relator do RE), Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes já haviam votado nesse sentido, julgando procedente a ADPF e dando provimento ao RE. Divergiram desse entendimento os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio.

Fonte: STF



DANO MORAL COLETIVO EXIGE LESÃO INTOLERÁVEL DE VALORES FUNDAMENTAIS DA SOCIEDADE

Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o dano moral coletivo indenizável é configurado somente nas hipóteses em que há lesão injusta e intolerável de valores fundamentais da sociedade, não bastando a mera infringência a disposições de lei ou contrato.

O colegiado, a partir desse entendimento, deu parcial provimento a um recurso da BV Financeira para excluir da condenação em ação civil coletiva o valor de R\$ 300 mil referente a danos morais coletivos.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul havia condenado a instituição financeira pela cobrança da tarifa de emissão de boleto, considerada indevida. Entre outros termos da condenação, a BV Financeira teve de arcar com danos morais e materiais em virtude da cobrança da tarifa.

Para a relatora do recurso da financeira no STJ, ministra Nancy Andrighi, o único ponto a ser reformado no acórdão recorrido diz respeito aos danos morais coletivos, que ela entendeu não configurados.

“Na hipótese em exame, a violação verificada pelo tribunal de origem – a exigência de uma tarifa bancária considerada indevida – não infringe valores essenciais da sociedade, tampouco possui os atributos da gravidade e into-

lerabilidade, configurando a mera infringência à lei ou ao contrato, o que é insuficiente para sua caracterização”, disse.

Valores primordiais

Nancy Andrighi destacou que a condenação em virtude de danos morais coletivos visa resarcir, punir e inibir a injusta e inaceitável lesão aos valores primordiais de uma coletividade. Tal dano ocorre, na visão da magistrada, quando a conduta “agride, de modo totalmente injusto e intolerável, o ordenamento jurídico e os valores éticos fundamentais da sociedade em si considerada, a provocar repulsa e indignação na consciência coletiva”.

No voto acompanhado pela maioria do colegiado, a ministra afirmou que “a integridade psicofísica da coletividade vincula-se a seus valores fundamentais, que refletem, no horizonte social, o largo alcance da dignidade de seus membros e o padrão ético dos indivíduos que a compõem, que têm natureza extrapatrimonial, pois seu valor econômico não é mensurável”.

Esta notícia refere-se ao processo: REsp 1502967

Fonte: STJ



BAIXO VALOR DA CAUSA NÃO IMPEDE RECURSO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL

No caso de matéria com natureza constitucional, o baixo valor atribuído à causa não impede a interposição de recurso. Esse foi o entendimento aplicado pela Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao reformar acórdão que havia considerado incabível recurso em causa inferior a dois salários mínimos.

A ação foi ajuizada por um supermercado com o objetivo de anular cláusula de acordo firmado entre empregados de comércio e lojistas de Umuarama (PR) que, segundo a empresa, inviabiliza a abertura aos domingos e feriados, gerando “severos prejuízos”. O juízo de primeiro grau acolheu parcialmente o pedido e autorizou o trabalho aos domingos nas lojas da rede.

O Ministério Público do Trabalho recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), mas o recurso não foi conhecido com fundamento na Lei 5.584/70. O artigo 2º, parágrafo 4º, da lei prevê que não cabe recurso quando o valor da causa não exceder a duas vezes o salário mínimo, salvo quando se tratar de matéria

que possua natureza constitucional. No caso, a rede de supermercados atribuiu à causa o valor de R\$ 500. Para o TRT, o MPT só poderia recorrer ao Supremo Tribunal Federal.

No exame do recurso de revista do MPT, o relator, ministro Hugo Carlos Scheuermann, observou que o recurso ordinário do MPT versa sobre matéria constitucional. “Além de invocar o direito fundamental ao lazer, articula com o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho”, explicou. Assim, entendeu que o caso se enquadra na exceção prevista na lei.

Por unanimidade, a turma deu provimento ao recurso de revista e determinou o retorno do processo ao TRT para que, afastada a premissa do não cabimento do recurso ordinário do MPT, prossiga no seu exame. Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.

RR-267-73.2012.5.09.0325

Fonte: Revista Consultor Jurídico



VOCÊ JÁ ADERIU?

SEGURO DE VIDA VIGILANTES MINAS GERAIS

O melhor custo benefício é aqui!

**SEGURO DE VIDA PARA OS VIGILANTES
DO ESTADO DE MINAS GERAIS,
A PARTIR DE R\$ 11,50 OU DESCONTO
DE 5% SOBRE O CUSTO VIGENTE!**



41 3029-7044



41 98405-1860



@fianzasseguros
@fenavistnegocios



@fianzasseguros
@fenavistnegocios

SEGURANÇA PRIVADA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Segmento necessita de legislação atualizada e regulamentação para controle de empresas clandestinas que colocam em risco patrimônio e pessoas

Apesar de registrar crescimento, passando a atuar em novos setores, a expansão do segmento de segurança privada no Brasil ocorre de maneira desordenada, sem uma regulamentação por parte do Estado que fiscalize a atuação de empresas clandestinas que colocam em risco o patrimônio e as pessoas. É necessária uma atualização da legislação que regula as atividades de segurança privada no país, uma vez que foi criada para a realidade existente na década de 1980.

Cada país tem sua forma de controlar o segmento de segurança privada. No Brasil, a regulamentação é uniforme em todo o território nacional, diferentemente dos Estados Unidos, em que cada estado tem sua legislação, abrangente ou não. Na União Europeia, por outro lado, os países-membros têm buscado acompanhar o segmento da segurança privada, respeitando as particularidades de cada nação, e a evolução dos modelos legais de segurança privada praticados no continente privilegia o Acordo sobre o Espaço Econômico Europeu.

No que se refere à América Latina, a carência de normas jurídicas sobre o tema é evidenciada tanto em países que não apresentam leis específicas para a segurança privada como naqueles

em que a legislação existente é ainda insuficiente para cobrir a diversidade de serviços exercidos no território nacional.

No Brasil, com a regulamentação normativa, será possível disciplinar os segmentos de segurança eletrônica, alarmes, cercas elétricas, blindagem de veículos de passeio, proteção de edifícios, circuitos fechados de televisão, segurança desarmada e investigação particular. A omissão de dispositivos legais para esses mecanismos de segurança de patrimônios e pessoas abre espaço para que corporações e autônomos, indistintamente, passem a explorar os serviços informais. Monitoramento eletrônico e instalação de alarmes, por exemplo, acabam sendo empreendidos por qualquer tipo de empresa.

“A legislação nacional, ao mesmo tempo em que cria as amarras que limitam quais as atividades de segurança as empresas privadas estão autorizadas a exercer, permite que elas ofereçam seus serviços de vigilância patrimonial não só a instituições financeiras, mas também a outros segmentos como indústria, comércio, transportes de valores, escolta armada e segurança móvel de pessoas em vias públicas”. A afirmação é do coordenador do curso superior de Tecnologia

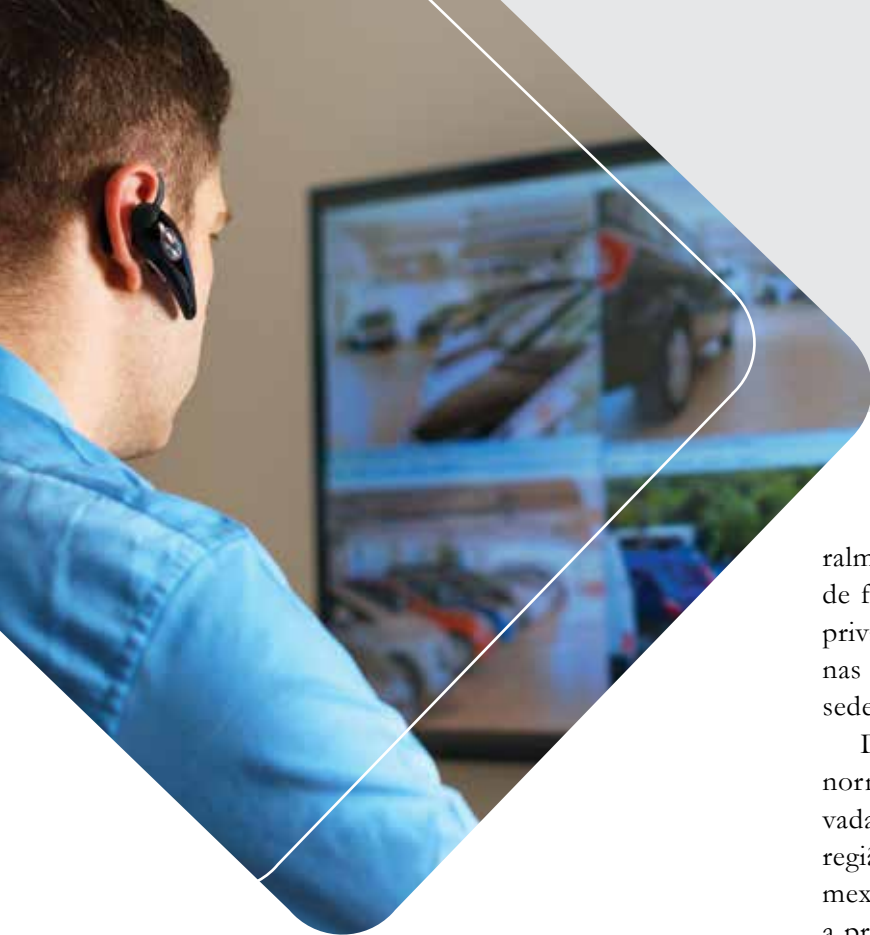
em Gestão da Segurança Privada da Universidade Fumec e especialista em Estudos da Criminalidade e Segurança Pública, Fernando da Cruz Coelho.

Já Carlos Alberto Zanandreis da Silveira, pós-graduado em Gestão da Segurança Corporativa e professor especialista em Gestão da Segurança Privada do Centro Universitário Uni Horizontes, em BH, considera que o maior problema no país não é de legislação em si, mas de cumprimento, controle e fiscalização. Para ele, a escassez de recursos governamentais tem gerado a privatização de vários serviços que antes eram públicos, abrindo um espaço novo para a atuação da segurança privada. “Vejo que é preciso maior interação entre a segurança privada e as forças públicas de segurança para termos um trabalho que se complementa”, afirma o professor.

O setor aeroportuário brasileiro é um dos que possuem legislação específica de controle da segurança. O Decreto nº 27.168, de 5/5/2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC), que disciplina a aplicação de medidas de segurança destinadas a garantir a integridade de passageiros, tripulantes, pessoal de terra, público em geral, aeronaves e instalações de aeroportos brasileiros, a fim de proteger as operações da aviação civil contra atos de interferência ilícita cometidos no solo ou em voo. No entanto, segundo Carlos Silveira, a segurança privada nesse meio ainda é tímida, uma vez que carece de melhores definições de como deve ser a atuação nesse setor que pede especificidades e capacitação maior devido às várias possibilidades de risco a que está sujeito.

Interessados em obter informações mais detalhadas na área da segurança privada nos aeroportos poderão acessar o *link* <http://www.proairaviacao.com.br/centro-de-treinamento/curso-de->





gerenciamento-em-seguranca-da-aviacao-civil/, onde estão disponíveis dados a respeito do curso de preparação de vigilantes aeroportuários, que forma profissionais para a aplicação de procedimentos de segurança da aviação civil em seus postos de trabalho.

Uso de armamento

O uso da arma de fogo em serviço pelo vigilante brasileiro é outro ponto que pode trazer implicações para o segmento de segurança privada. “Gargalos no exercício da fiscalização do controle e guarda do armamento podem favorecer a migração de armas de fogo, munições e demais indumentárias da segurança privada para a criminalidade”, afirma Fernando Coelho. Para o especialista, a exigência de portar arma de fogo em serviço acaba desobrigando a organização de realizar treinamentos específicos de aperfeiçoamento, que, em geral, são substituídos pelos cursos bianuais obrigatórios de reciclagem. Também deveriam ser consideradas as possíveis consequências do disparo da arma, cujo uso não é recomendado, embora legal, em eventos e localidades com grandes contingentes de pessoas. Em Portugal, por exemplo, ge-

ralmente a permissão para utilização de arma de fogo é concedida aos serviços de segurança privada de certas propriedades do governo (usinas nucleares, embaixadas dos Estados Unidos, sede da OTAN).

Diferentemente da legislação brasileira, as normas jurídicas de controle da segurança privada em alguns países variam de acordo com a região. No modelo legal de segurança privada mexicano, por exemplo, para os casos em que a prestação dos serviços realizados se restringe a um território estadual, predomina a legislação do respectivo Estado Federativo. Mas, quando o serviço é prestado em dois ou mais estados, compete à Secretaria Federal de Segurança Pública a fiscalização das atividades das empresas que atuam em duas ou mais entidades federativas. Na Argentina, a legislação é descentralizada, com autonomia do distrito federal de Buenos Aires e das 23 províncias prevista na Constituição Federal, enquanto que, na Espanha, os serviços de segurança privada podem ser realizados também por pessoas físicas (vigilantes não vinculados a empresa de segurança autorizada). Já no Brasil, tais atividades somente podem ser executadas por pessoas jurídicas, que são autorizadas e fiscalizadas pela Polícia Federal. Já a segurança desarmada, sem regulamentação que indique as competências e limitações, o serviço acaba sendo amplamente exercido por vigias, porteiros, zeladores, controladores de tráfego e assemelhados. “O ideal seria privilegiar o desenvolvimento de técnicas de segurança, aprimorar o profissionalismo no setor e buscar a uniformidade e a modernização das normas que regulam as atividades com a formação, em nível de graduação, de gestores de segurança privada, conclui Fernando Coelho.

HÁ 30 ANOS, COM TODA SEGURANÇA



SERVIÇOS OFERECIDOS PELO GRUPO:


**Temos a solução em
segurança para o
seu negócio →**

- Vigilância Patrimonial
- Escolta Armada
- Segurança Pessoal
- Porteiros e Vigias
- CFTV e Alarmes
- Rastreamento Veicular
- Portaria Ativa



Segurança ativa e inteligente

www.anjosdaguarda.com.br

 31 3282.6567

contato@anjosedaguarda.com.br

MATRIZ: BELO HORIZONTE - MG
Rua Germana Torres, 42, Carmo
CEP 30.310-040

BETIM - MG
Rua Mamoré, 267, Brasília, CEP 32.600-322
(31) 3787-3178 | betim@anjosedaguarda.com.br

ITAÛNA - MG
Av. Manoel da Custódia, 1835, Aeroporto, CEP 35.680-403
(37) 3241-6626 | itauna@anjosedaguarda.com.br



FENAVIST SE REÚNE COM MINISTRO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Entidade defendeu maior integração entre as seguranças pública e privada

No último dia 26 de setembro, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, se reuniu com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. No encontro, Nazário esteve acompanhado pelos diretores da Fenavist Denilson Colodetti Pinheiro, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini e a superintendente, Ana Paula Queiroga.

Os representantes da segurança privada apresentaram números do segmento. Também foram expostos detalhes do projeto que a Fenavist tem desenvolvido com o objetivo de apresentar uma proposta de trabalho que possibilite a atuação nos pontos-chave identificados como fatores de combate à criminalidade e no incentivo de maior integração entre as seguranças pública e privada.

Durante a conversa, Jeferson Nazário ressaltou que a intenção da Federação é contribuir, por meio do conhecimento e da experiência das empresas, para que o setor de segurança privada se mantenha como um gerador de emprego formal, além de ser um agente ativo na busca pela melhoria do patamar de qualidade da segurança no país.

Também foi exposta a preocupação com o fato de as empresas de segurança terem se tornado alvo de bandidos, que assaltam as bases operacionais e carros-fortes em busca de recursos para financiar outros crimes. Diante desse cenário, a Fenavist discutiu a possibilidade de uma parceria em que as empresas e os órgãos de segurança pública pudessem trocar informações da área de inteligência. A ideia é antecipar ataques de grupos organizados.

Ainda nesse sentido, a Federação solicitou a criação de um Comitê de Inteligência de Transporte de Valores. O objetivo é elaborar um plano de segurança pública permanente e específico, por meio de grupos de trabalhos, em conjunto com empresas de transporte de valores e representantes de forças de segurança pública.

Outro ponto que mereceu destaque na reunião foi o Estatuto da Segurança Privada. Os diretores da Fenavist foram enfáticos ao defender a aprovação do Projeto de Lei que moderniza a legislação da segurança privada. Foi solicitada a ajuda do ministro Jungmann para que a votação no Plenário do Senado, último passo antes da sanção presidencial, ocorra ainda este ano.



Por fim, a Federação solicitou que o Ministério da Segurança Pública aprove a solicitação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que pede para ter assento no recém-criado Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Foi explicado que, sendo autorizado, a CNC designará a Fenavist para representar todo o setor de comércio, serviços e turismo.

Sobre o Conselho

O Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social foi instalado no dia 17 de setembro. A cerimônia ocorreu no Ministério da Justiça, em

Brasília. O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, representou a CNC. Ele esteve acompanhado do vice-presidente da Federação para Assuntos Intersindicais, Ivan Hermano Filho.

Composto por órgãos de segurança pública, representantes de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Poder Judiciário, o conselho será consultivo e vai acompanhar atividades na área de segurança. Caberá a ele, por exemplo, definir metas de combate à violência.

A iniciativa faz parte da implantação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Cada conselheiro terá mandato de dois anos.

A VIOLÊNCIA URBANA E A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA PRIVADA



Dr. Antônio Alves Mota
Doctor Of Philosophy
In International Security Sciences,
Ph.D. pela Cambridge International
University; pedagogo; pós-graduado
em Políticas e Estratégias

A violência urbana e a insegurança no mundo inteiro, especialmente no Brasil, é um fenômeno que se agrava de forma crescente e sem o controle eficiente por parte dos órgãos de segurança pública. A sensação de insegurança se instalou de forma permanente entre a população em geral, independentemente de classe social, se pessoas físicas ou jurídicas. Os altos índices de violência vêm se agravando e aumentando, conforme mostram as pesquisas realizadas anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o próprio FBSP (2017), mais de 63 mil pessoas foram mortas de forma violenta no Brasil.

Em 2018, já aconteceram milhares de mortes violentas de civis, além de vários policiais. Os dois últimos casos mais relevantes ocorridos no cenário atual de violência e intolerância no Brasil foram a morte da vereadora carioca Mariele Franco, no dia 14 de março, juntamente com seu motorista, Anderson Pedro Gomes, no Rio de Janeiro (RJ); e o atentado contra o presidente Jair Bolsonaro, ocorrido no dia 7 de setembro em Juiz de Fora (MG).

Com esse cenário de insegurança, a segurança privada passa a ter uma importância muito maior, sendo cada vez mais necessária e indispensável para a segurança patrimonial, de pessoal e de empreendimentos nas áreas industrial, comercial, bancária, residencial, de tecnologia, de refinaria, de mineração, entre tantas outras. Por isso, deve ser realizada com estratégias, inteligência, serviços e sistemas integrados com meios humanos,

dispositivos eletrônicos, políticas, normas e procedimentos, formando um conjunto de medidas e ações preventivas e de controle que sejam capazes de gerar uma conjuntura na qual os objetivos e os pontos vitais desses empreendimentos estejam em condições menos expostas e mais protegidas, proporcionando menor probabilidade de influências e de ações inopinadas advindas de ameaças internas ou externas.

Com esse cenário, as empresas especializadas na prestação de serviços de segurança privada têm um papel fundamental e podem contribuir de forma relevante quando contratadas, sendo, inclusive, um complemento à segurança pública, conforme já estabelecido na política de segurança privada (Portaria 3.233/2012 - DG/DPF).

Como profissional de segurança empresarial com 28 anos de experiência em empresas nacionais e multinacionais, chamo a atenção para o fato de que, para superar as dificuldades e os obstáculos que venham a surgir no mercado de trabalho, o profissional contemporâneo deve apresentar alguns diferenciais: autoconhecimento, habilidades e atitudes, além de iniciativa, criatividade, aprendizagem contínua, boa comunicação, agilidade e flexibilidade para lidar com pessoas, saber trabalhar em equipe e saber empregar os meios tecnológicos.

A América Latina tem o maior contingente de profissionais de segurança privada do mundo. De acordo com o Relatório de Armas Leves publicado em 2011 pelo Instituto de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento, a segurança privada cresceu nos últimos 20 anos e empregou, só naquele ano, 20 milhões de pessoas, em média, sendo quase o dobro do efetivo de policiais em atividade.

Em vários países existem leis aprovadas que buscam gerar níveis de regulamentação do ne-

gócio da segurança privada, mas é percebido também que ainda há uma carência de estruturas para realizar as atividades e dispor das ferramentas definidas por lei. Vimos então a necessidade de que cada país tenha sua legislação de segurança privada específica, haja vista que o segmento de segurança atua com a utilização de material bélico, o que carece de regulamentação, fiscalização e controle por parte de órgãos oficiais dos governos.

Na minha opinião, o Brasil tem uma das legislações de segurança privada mais bem-elaboradas do mundo (Lei 7.102/1983, regulamentada pelo Decreto 89.056/1983 e normatizada pela Portaria 3.233/2012 - DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012). Ressaltamos a necessidade de melhorar e alterar alguns pontos da lei principal, como escolaridade dos vigilantes e formação dos gestores com certificações para assinar planos e projetos de segurança de forma técnica, com a importância que o tema requer. Além disso, também observamos que é necessário maior empenho da Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos (CGCSP) para a fiscalização e o combate aos que praticam esta atividade de forma ilegal, tidos como clandestinos. Acreditamos que, com a aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, o mercado de segurança avançará e o segmento se fortalecerá mais.

As empresas especializadas na prestação de serviços de segurança privada no Brasil contam com o apoio institucional e com a interação com os órgãos governamentais por intermédio da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (FENAVIST). Em São Paulo, existe o SESVESP; nos demais estados, existem os SINDESPs – Sindicatos das Empresas de Segurança Privada.

30 ANOS SINDESP-MG



Entidade completa três décadas de história dedicada ao fortalecimento da segurança privada em Minas Gerais. Para celebrar os seus 30 anos de representatividade no setor, uma festa para ficar na história.

Flávia Presoti

A diretoria do Sindesp-MG recebeu, no último dia 13 de setembro, em grande estilo, no luxuoso Salão Centenário do Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte (MG), autoridades, empresários, amigos e representantes sindicais de vários estados da Federação ligados ao segmento da segurança privada.

ABERTURA

A celebração dos 30 anos de fundação do Sindesp-MG, que, ao longo de todos esses anos, tem desenvolvido um trabalho representativo no segmento da segurança privada no Estado de Minas Gerais, foi aberta com recordações históricas.

O evento contou com o pronunciamento de Jeferson Furlan Nazário, presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), e Edson Pinto Neto, presidente do Sindesp-MG.

Na oportunidade, Jeferson Furlan Nazário comentou sobre o atual momento econômico e político vivido pelo Brasil e os impactos no segmento de segurança privada: “Nenhum candidato à Presidência da República mudará de imediato o nosso país. Está em nossas mãos, a classe produtiva, mudar a realidade deste país. Unidos somos mais fortes e teremos como buscar nossos objetivos em prol de um segmento mais forte para nossas ações e projetos de segurança”.

Edson lembrou-se, com satisfação, de que em 1975 nascia o embrião do que é, hoje, o Sindesp-MG: “Naquele ano, foi constituída a Associação das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais. Foi o primeiro passo para a or-

ganização sindical do setor, que veio a ocorrer em 1988, quando passou a se chamar Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais”.

À frente do Sindesp-MG, sucessivas diretorias ajudaram a construir a entidade que, hoje, é referência para todos que aqueles que buscam representatividade e voz para as inúmeras demandas e desafios que recaem sobre as empresas e o mercado de vigilância patrimonial.

Edson Pinto Neto também se lembrou de que, no curso de sua existência, o Sindesp-MG se fez presente em lutas promovidas pela Fenavist, visando ao fortalecimento do setor e à sua consolidação como um dos mais relevantes segmentos econômicos de serviços do país.

Enfim, o presidente do Sindesp-MG registrou o seu profundo agradecimento a todos os empresários mineiros de ontem e de hoje, aos presidentes que antecederam à sua gestão – Alberico Pessoa Calmon, José Geraldo Coutinho, Pedro Alberto Sansão Cabalzar e Luiz Sebastião Santana – e a todos os colaboradores que, ao longo desta jornada, fizeram parte da história do Sindesp-MG.



PRESTÍGIO

Participaram da festa de 30 anos do Sindesp-MG os presidentes Jeferson Furlan Nazário (Fenavist), Luiz Gustavo Barra (Sindesp-DF), Angelo Jacomini (Sindesp-MT), Edimar Barbosa (Sindesp-ES), Francisco de Assis Bezerra da Fonseca (Sindesp-RO), Frederico Carlos Crim Câmara (Sindesp-RJ), João Eliezer Palhuca (Sesvesp), Leonardo Ottoni Vieira (Sindesp-GO), Paulo Roberto da Cruz Azevedo (Sindesp-BA), Urubatan Estevam Romero (Sindesp-CE), Alfredo Vieira Ibiapina (Sindesp-PR), Amilton José do Pilar (Sindesp-MS), José Pacheco Ferreira (Sindesp-AM), Edilson Silva Pereira (Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Geais), Ricardo Tadeu (ABCFAV), Tadeu Moura Gomes (Associação Nacional dos Delgados de Polícia Federal), João Batista Diniz Júnior (CEBRASSE), José Jacobson Neto (Abrevis), Odair Conceição (ANTV), Renato Fortuna Campos (Febrac), Calil Buinain (Mezzo Planejamento), representantes das empresas filiadas, autoridades.





EMPRESAS HOMENAGEADAS

Quatro empresas filiadas ao sindicato há mais de 20 anos foram homenageadas na cerimônia de comemoração dos 30 anos do Sindesp-MG. A homenagem é um reconhecimento da entidade às empresas parceiras que há mais de duas décadas apoiam o trabalho desenvolvido pelo Sindesp-MG. “Sem as empresas, o sindicato não seria o que é hoje. A nossa trajetória de 30 anos é construída graças ao empenho e à dedicação dos empresários que se mantêm firmes e confiantes em nosso trabalho como representante do segmento de segurança privada em Minas Gerais”, diz Edson Pinto Neto. As empresas Plantão Serviços de Vigilância, Prosegur Brasil, Rodoban Segurança de Transporte de Valores e Fortebanco Vigilância e Segurança foram as homenageadas da noite.



30 ANOS SINDESP-MG



SURPRESA DA NOITE

A surpresa da noite ficou por conta da homenagem feita pelo empresário e presidente do Sindesp-CE, Urubatan Estevam Romero, ao Sindesp-MG: a entrega de uma placa em homenagem aos 30 anos da entidade. “Não poderia ser diferente; o Ceará é um dos sindicatos parceiros de Minas Gerais. Acompanho todo o trabalho do Sindesp de Minas Gerais. O Sindesp do Ceará reconhece a liderança que Minas tem no Brasil, a grande potência que é na segurança privada no Brasil, sob o comando de Edson”.





CONFRATERNIZAÇÃO

A festa foi elogiada por todos os participantes. Foi um momento de recordar histórias, rever os amigos e de muita diversão, ao som do saxofonista Paulinho Linhares.



30 ANOS SINDESP-MG





30 ANOS SINDESP-MG





REPRESENTATIVIDADE



“A representatividade do Sindesp-MG tem uma longa história. Trinta anos não são 30 dias. Nossa participação é feita, de forma unificada, na Federação, no Sindicato Laboral, no Ministério do Trabalho, entre os empresários de ontem e de hoje. É um trabalho de muita confiança e transparência.”

EDSON PINTO NETO - PRESIDENTE DO SINDESP-MG

“As comemorações dos 30 anos do Sindesp-MG representam uma evolução em tudo aquilo que a segurança privada fez de bom para o nosso país e particularmente para o Estado de Minas Gerais. A segurança privada contribui para a redução da criminalidade em nosso país como um todo.”

DR. MARCELO FREITAS - DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL E DEPUTADO FEDERAL RECÉM-ELEITO



“O Sindesp-MG é importante não só por ser um dos primeiros sindicatos fundados no Brasil, mas por tudo o que ele agrega na segurança privada brasileira. Minas Gerais é um estado pioneiro em segurança privada. A população é volumosa; é um estado grande em território. Por isso, apresenta uma diversidade muito grande de problemas na área de segurança, o que gerou nichos de mercado e fez com que as empresas mineiras fossem pioneiras quanto a algumas novidades na área de segurança privada. Além do Sindesp-MG, temos mais quatro sindicatos com o mesmo tempo de criação que fundaram a Fenavist, que completa 30 anos no ano que vem.”

JEFERSON FURLAN NAZÁRIO - PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES (FENAVIST)





“Antigamente, o sindicalismo era muito diferente, muito fechado; era muito difícil de entrar. Então, montamos um grupo de empresários e formamos a Associação dos Empresários da Área de Segurança. Com a formação dessa associação, conseguimos filiar os empresários no Sindesp-MG, ganhamos a eleição e democratizamos o sistema sindical, que era fechado. Nesta jornada de 30 anos do Sindesp-MG, ocupei o papel de secretário, tesoureiro e vice-presidente, e foi muito importante esse aprendizado. Vimos crescer o lado laboral, as várias fases das negociações. Nesse período, foram muitos os avanços para a categoria empresarial e laboral.”

RENATO FORTUNA - PRESIDENTE DA FEBRAC E DIRETOR DO SINDESP-MG

“A representatividade do Sindesp-MG é muito importante para o setor de segurança privada. O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais tem quase 30 anos de atuação junto com o Sindesp-MG e enxerga a importância do Sindicato Patronal para as negociações com o Sindicato Laboral. Temos uma parceria boa e o terceiro melhor salário do país, e isso demonstra a força do Sindesp-MG e a força dos vigilantes mineiros.”

EDILSON SILVA PEREIRA - PRESIDENTE DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE MINAS GERAIS



“É um grande marco na vida de qualquer instituição completar 30 anos, e o Sindesp de Minas, com toda a sua desenvoltura no cenário mineiro e nacional, é reconhecido e respeitado por empresários do Brasil inteiro. Participar desta festa é, para mim, uma grande satisfação. O Sindesp-MG sempre nos trouxe muitas alegrias, sempre promoveu debates importantes para o segmento. Muitas decisões importantes saíram de Minas Gerais. O Sindesp-MG, ao longo de sua história, tem contribuído de forma muito decisiva para o setor de segurança privada.”

ODAIR CONCEIÇÃO - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES (ANTV)

REPRESENTATIVIDADE



“Para mim, é uma honra estar em Minas Gerais prestigiando o setor de segurança privada, prestigiando os 30 anos do Sindesp--MG. Parabéns ao Sindesp-MG, parabéns ao Edson. E parabéns a todas as empresas mineiras filiadas ao Sindesp-MG por terem uma representatividade como essa.”

JOÃO BATISTA DINIZ JÚNIOR - PRESIDENTE DA CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVIÇOS (CEBRASSE)

“Parabenizo o Sindesp-MG pelos seus 30 anos. Reconhecemos a importância do sindicato mineiro no cenário nacional da segurança privada. O Sindesp do Ceará foi um dos fundadores da Fenavist junto com Minas, Brasília e Paraná. O sindicalismo deve ser feito com amor, com dedicação, e o Edson é um exemplo de gestor que conduz o sindicato com orgulho e amor.”

URUBATAN ESTEVAM ROMERO - PRESIDENTE DO SINDESP-CE



“A história da ABCFAV tem muito a ver com o Estado de Minas Gerais, com a história do Sindesp-MG. Ela completou 30 anos ano passado e, recentemente, o nosso presidente, Coronel Valdir, um exímio empresário do setor de Minas Gerais que detinha um curso de formação, foi nosso presidente, representou muito bem o setor de formação dos vigilantes. Falar do Edson e falar do Sindesp-MG é uma honra. O Edson é uma pessoa que agrega os empresários. Prova disso é que, hoje, temos aqui 85% dos representantes de várias federações. Agradeço a oportunidade de participar desta grande e maravilhosa festa de comemoração dos 30 anos do Sindesp-MG.”

RICARDO TADEU CORRÊA - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES (ABCFAV)

PARABÉNS AO SINDESP/MG PELOS SEUS 30 ANOS DE SUCESSO!

UM SINDICATO FAZ HISTÓRIA QUANDO ADQUIRE
RESPEITO DA CATEGORIA E DA SOCIEDADE.

GRUPO RODOBAN



-A05

VIGILÂNCIA PATRIMONIAL



COFRE INTELIGENTE



SEGURANÇA ELETRÔNICA



TRANSPORTE DE VALORES



(31) 2104-2222
www.rodoban.com.br

 **RODOBAN**

CIGARRO É RESPONSÁVEL PELA MORTE DE 7 MILHÕES DE PESSOAS EM TODO O MUNDO

Somente por cardiopatias, são mais de 3 milhões de óbitos por ano. Dados foram divulgados pela OMS



Dr. Estêvão Lanna, Médico cardiologista

Principal causa de morte evitável do mundo, o tabagismo é o mais nocivo de todos os fatores ambientais, responsável por mais de 50 diferentes tipos de enfermidades que acometem o ser humano. Mesmo que constantes pesquisas apontem a redução do número de fumantes no Brasil e em países desenvolvidos, o tabagismo ainda é uma epidemia considerada o mal do mundo moderno. “Os dados continuam alarmantes. São mais de 7 milhões de mortes por ano decorrentes do tabaco, 3 milhões delas provocadas pelas cardiopatias.

As doenças do coração são as que mais matam no mundo”, comenta o cardiologista Estêvão Lanna Figueiredo, coordenador do Serviço de Cardiologia do Hospital Lifecenter.

“O Tabaco e as Cardiopatias” foi tema do Dia Mundial sem Tabaco deste ano, estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para alertar a população dos riscos do tabaco no surgimento das doenças do coração. O tema reflete luz vermelha para a preocupante relação entre o consumo de cigarro e essas doenças. O alerta, segundo o médico, não é para menos: “O cigarro é fator preponderante para o aparecimento das cardiopatias, principal causa de morte no planeta. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 17,6 milhões de pessoas morrem no mundo, vítimas de problemas coronarianos, como ataques cardíacos e derrames”. O risco de um ataque cardíaco em um fumante é duas vezes maior do que em um não fumante. No entanto, fumantes passivos também estão expostos a esse risco. “As cardiopatias também podem ser causadas por outros fatores ambientais, como sobrepeso e consumo excessivo de álcool, mas o cigarro é o principal. Existem também os fatores genéticos”, explica Estêvão Lanna.

Estima-se que as cardiopatias sejam responsáveis por uma em cada três mortes prematuras em homens e uma em cada cinco mortes prematuras em mulheres. Dados da OMS revelam que mais de 17 milhões de pessoas morrem anualmente

em decorrência de cardiopatias, também conhecidas como doenças cardiovasculares.

A fumaça do cigarro provoca efeitos devastadores no corpo humano. São mais de 4.700 substâncias tóxicas nocivas. Quando inalado, o monóxido de carbono atinge os pulmões e segue para o sangue, reduzindo a capacidade de carregar oxigênio. O dano nas artérias e no coração está relacionado ao fato de o cigarro facilitar o depósito de gordura nos vasos e, conseqüentemente, a formação de coágulos.

Motivos para parar de fumar não faltam. O vício é ainda um problema de saúde pública. De acordo com a OMS, o tabagismo custa aos cofres públicos mais de U\$ 1,4 trilhão em gastos com saúde e perda da produtividade. No Brasil, o consumo de cigarro e outros derivados causa ao país um prejuízo de R\$ 5,69 bilhões ao ano. O estudo, apresentado em 2017, é do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Droga lícita mais maléfica do mundo, o cigarro mata silenciosamente ao longo dos anos. O controle do vício e a prevenção, principalmente entre os jovens, é tarefa primordial de governos e sociedade. Segundo diversas pesquisas, o vício tem início na juventude, por volta dos 18, 19 anos de idade. “É importante ressaltar a importância da Lei Antifumo no Brasil, que reduziu significativamente o consumo. Entretanto, o desafio ainda é grande. A conscientização passa pela educação e pela forte política de restrição ao uso. Barrar o tabagismo é proporcionar mais saúde e, principalmente, mais vida à população”, conclui Estêvão.



A BUCÓLICA MILHO VERDE

Escondida entre Diamantina e Serro, a pequena vila de Milho Verde é destino certo para quem está em busca de sossego

da extração de ouro e diamantes na região, mas não se desenvolveu. Ruas de terra e construções singelas ainda são características predominantes do pequeno arraial. Mas se engana quem acha que em Milho Verde não tem agito noturno. Em períodos de temporada, os bares do vilarejo oferecem muita diversão, que combinam com o céu estrelado. Para os diurnos, as trilhas e as inúmeras cachoeiras escondidas ao seu redor são uma ótima opção de passeio.

A capela de Nossa Senhora do Rosário se destaca por sua beleza e tamanho. Edificada em madeira e barro, mais parece uma igrejinha de brinquedo. Além disso, ela merece ainda mais destaque por já ter sido capa de um dos discos do cantor e compositor Milton Nascimento.

Milho Verde possui ainda um pequeno comércio local, com mercadinhos, bares e restaurantes, e algumas pousadas típicas do interior de Minas, com delícias preparadas em fogão a lenha.

Doces, queijos, cachaças, vinhos e licores de produção artesanal fazem sucesso entre os visitantes; e as festas típicas e folclóricas, como o congado, atraem turistas de vários estados do país.

Milho verde é tudo isso, emoldurado pela receptividade dos moradores.

Quer ficar mais por dentro de Milho Verde e região? Acesse o site www.institutoestradaareal.com.br

O estilo simplório de algumas cidades de Minas Gerais atrai inúmeros turistas em busca de tranquilidade, muito verde e cachoeiras com cenários paradisíacos. Públicos de diferentes tribos, desde místicos, hippies e curiosos a empresários e executivos, buscam em Milho Verde o que a natureza tem a oferecer.

O vilarejo, situado nas vertentes da Serra do Espinhaço, um dos mais belos cartões-postais do Estado de Minas Gerais, fica a 344 quilômetros de Belo Horizonte e está localizado entre as cidades históricas de Diamantina e Serro, no meio da Estrada Real.

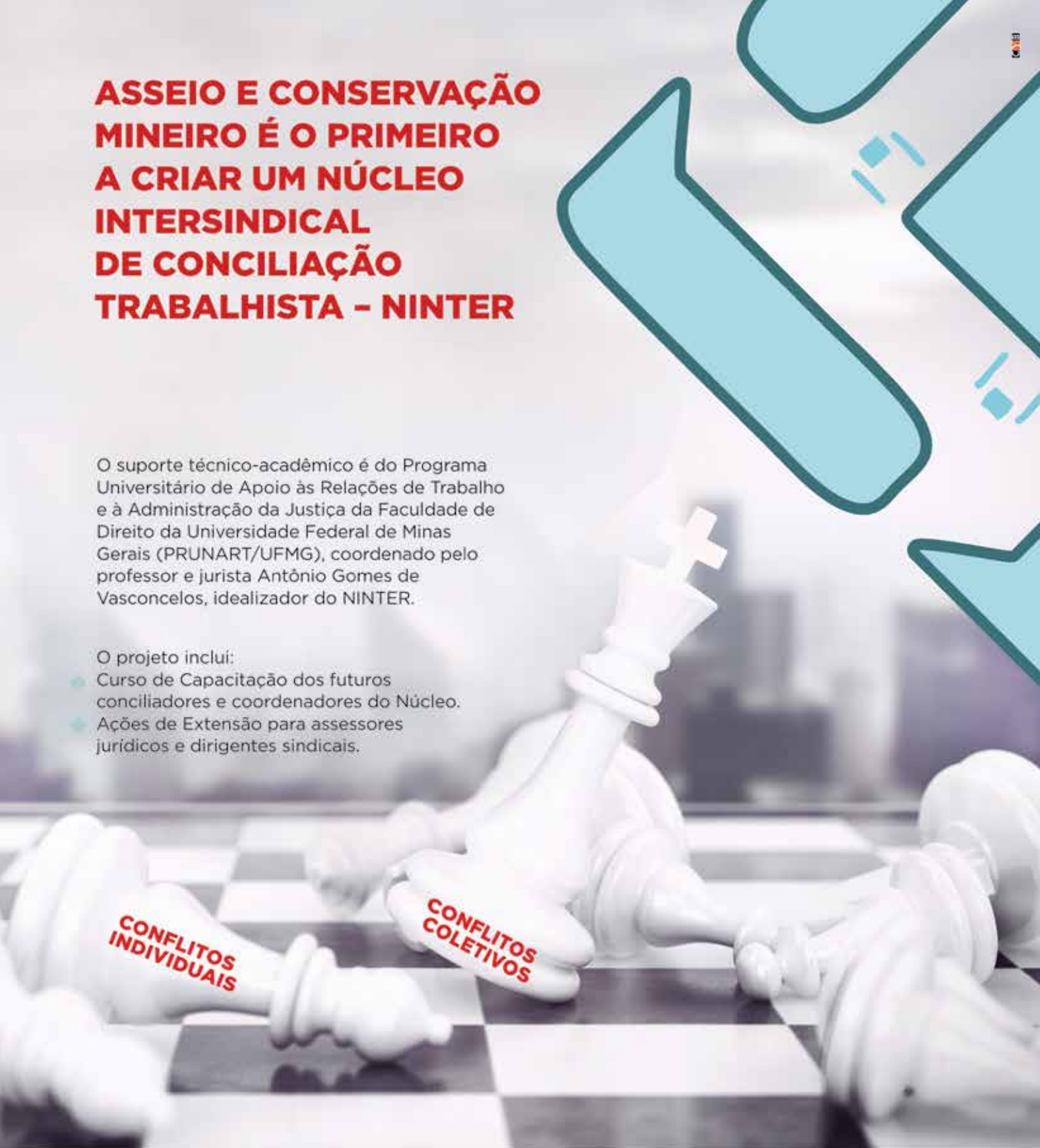
Milho Verde surgiu no século 18 por conta

ASSEIO E CONSERVAÇÃO MINEIRO É O PRIMEIRO A CRIAR UM NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA - NINTER

O suporte técnico-acadêmico é do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PRUNART/UFMG), coordenado pelo professor e jurista Antônio Gomes de Vasconcelos, idealizador do NINTER.

O projeto inclui:

- Curso de Capacitação dos futuros conciliadores e coordenadores do Núcleo.
- Ações de Extensão para assessores jurídicos e dirigentes sindicais.



NINTER
Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista
(artigo 625-II da CLT)



SEAC-MG
Sindicato das Empresas de Asseio e
Conservação do Estado de Minas Gerais
ISO 9001 :2008. Desde 12/2008.
Filado à Febrac.

(31) 3278-3008 | seacmg.com.br

SINDESP-MG ESTIMULA EMPRESAS A INVESTIR EM PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Grupo de Apoio Social Solidariedade (GASS) necessita de recursos para colocar em prática projetos desenvolvidos com crianças e adolescentes carentes

Flávia Presoti

Você sabia que uma empresa socialmente responsável pode apresentar maior produtividade? Essa foi a conclusão de pesquisadores da Universidade de Southampton, no Reino Unido.

Estar comprometido com quem necessita pode ajudar a construir um mundo melhor.

Investir em projetos sociais, além de agregar um valor muito especial à marca de uma empresa, fortalece a identidade corporativa, a credibilidade e o reconhecimento social. O sentimento de gratidão é único.

GASS: acredite nessa ideia

Em Belo Horizonte, o Grupo de Apoio Social Solidariedade (GASS) é uma das instituições que necessitam do apoio de empresas privadas para sobreviver.

Presidido por Yeda Ferreira e qualificado pelo Ministério da Justiça como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o GASS é uma instituição social, sem fins lucrativos, que atende crianças e jovens de 6 a 17 anos de idade em situação de vulnerabilidade social.

Localizado na região leste de Belo Horizonte, no coração das Vilas Dias e São Vicente e próxi-





mo à Vila Ponta Porã, vizinho ao tradicional bairro de Santa Tereza, o GASS atua de forma complementar à escola e funciona no contraturno, buscando ocupar o tempo ocioso de crianças e jovens, retirando-os de situações de risco e do convívio com a droga e a violência.

Atualmente, cerca de 150 crianças e adolescentes matriculados na rede de educação básica, que vivem em situação de vulnerabilidade social, são atendidos pelo projeto. O maior desafio é provê-los com um espaço que os acolha e ofereça ações socioeducativas e culturais associadas à valorização de laços familiares e comunitários e que apoie a formação escolar e cidadã.

O GASS já tem 14 anos de atuação, sempre contribuindo para a formação social, educacional e profissional dessas crianças e jovens. Ao fazer

parte deste projeto, a sua empresa estará ajudando a realizar oficinas socioculturais e profissionalizantes, como oficina de dança (balé), de capoeira, de desenho, de educação artística, de percussão, entre outras.

As empresas interessadas em fazer doações para o GASS podem contribuir por meio do Fundo para Infância e Adolescência (FIA), direito da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda; ou pela Lei Rouanet, principal mecanismo de fomento à cultura do Brasil.

Apoie essa ideia. Seja uma empresa socialmente responsável. Ajude a mudar a vida de crianças e jovens em risco de exclusão social. O apoio da sua empresa às ações do GASS por meio de doações fará toda a diferença!

FORMAS DE DOAÇÕES DE RECURSOS PARA O GASS:

- Fundo para Infância e Adolescência – FIA
- Lei Rouanet

DOAÇÕES ESPONTÂNEAS PARA:

Grupo de Apoio Social Solidariiedade
Banco do Brasil | Agência 3609-9
Conta corrente 119216-7

MAIS INFORMAÇÕES

contato.gass@gmail.com
(31) 3243-7090 / (31) 996282777 - Graça Otoni
(31) 984172921 - Maura Marques

Rua Conselheiro Rocha, 2.300
Santa Tereza - Belo Horizonte/MG



SALMÃO GRELHADO COM RISOTO DE ABÓBORA E AÇAFRÃO

O salmão é um peixe bom de manusear, de fácil acesso e, pela característica única, não precisa de muito tempero. O risoto é um acompanhamento gourmet, delicado, que envolve algumas técnicas específicas, indicado para um jantar casual. No dia a dia, a maneira de preparar pode ser simplificada. Na finalização, Pâmela Sarkis, nutricionista e chef de cozinha fit funcional, dá a dica

de usar ingredientes de altíssima qualidade: um bom queijo, um ótimo azeite e flor de sal.

Nesta versão, Pâmela usa como ingredientes o açafrão, que possui o pigmento curcumina, excelente antioxidante, anti-inflamatório e anticancerígeno, e a abóbora moranga, rica em betacaroteno, com característica macia e aveludada, que acompanha o prato perfeitamente.

RECEITA (rende 4 porções)

ÁGUA AROMATIZADA

Ingredientes:

1 panela grande com 2/3 de água
Casca lavada de 2 cebolas
Casca lavada de 2 cenouras
Folhas lavadas de 1 alho-porró

Modo de preparo:

Coloque tudo para ferver junto, sem sal, até a água ficar corada. Mantenha quente, com o fogo baixo, durante todo o preparo do risoto.

RISOTO DE ABÓBORA COM AÇAFRÃO

Ingredientes:

4 filés grandes de salmão
1 cebola branca picada
1 alho-porró (parte branca) picado
1 xícara (chá) de arroz arbório
1 dente de alho cru pequeno
1 colher (chá) de sal
2 colheres (chá) de manteiga
1 colher (sopa) de azeite
1 colher (chá) de açafrão ou cúrcuma em pó
1 xícara (chá) de queijo grana padano ralado
½ xícara (chá) de vinho branco seco
1 xícara (chá) de abóbora moranga crua ralada (no ralo grosso)
Ervas frescas a gosto: alecrim e tomilho
Pimenta-do-reino a gosto

Modo de preparo do risoto:

Coloque 1 colher de chá de manteiga, o azeite, o alho e o sal numa panela antiaderente grande e refogue primeiro a cebola



Pâmela Sarkis

com o alho-porró. Em seguida, quando corar, coloque o arroz e o açafrão e mecha por 2 minutos. Abaixar o fogo e cubra com a água aromatizada; à medida que for evaporando, acrescente mais água; e mexa sempre, até ficar cozido *al dente*. Desligue a panela, coloque a abóbora e o queijo, mexa e acrescente a outra colher de chá de manteiga. Acerte o sal e coloque mais água caso prefira mais molhadinho. Finalize com as ervas frescas e a pimenta.

Modo de preparo do salmão:

Grelhe o salmão em panela quente, antiaderente, no ponto que desejar. Em um prato, sirva o salmão com o risoto. Finalize com azeite e flor de sal e decore com flores comestíveis.

PÂMELA SARKIS é nutricionista e chef de cozinha fit funcional.
www.nutripas.com.br | [@nutrichef_pamsarkis](https://www.instagram.com/nutrichef_pamsarkis)

**TEMOS OS MELHORES
BENEFÍCIOS COM AS
MELHORES CONDIÇÕES.**

MOURA
BENEFÍCIOS

GESTORA E DISTRIBUIDORA

ECONOMIA:

Desconto de 20% sobre o valor da contribuição.

OPORTUNIDADE:

Isonção de impostos sobre o valor do benefício

PRATICIDADE:

02 dias de prazo para crédito no cartão

FELICIDADE:

um profissional valorizado trabalha feliz.

PRODUTIVIDADE:

motivação para produzir mais.

TARIFA ZERO:

isonção total de administração, emissão e entrega*.

GESTÃO ONLINE:

garante mais autonomia para a sua empresa.

GRATIDÃO:

profissionais gratos agem com reciprocidade.



**APROVEITE CONDIÇÕES
E PRAZOS DIFERENCIADOS**

*Oferta válida para a contratação dos benefícios Vale Refeição, Alimentação e Auto em pedidos acima de 10 cartões. Modalidade Pré-Pago com fidelidade de 24 meses. Em caso de solicitação de reemissão de cartões, será cobrada uma tarifa de R\$6,00/cartão.

Parceiro



EMPRESAS ASSOCIADAS AO SINDESP-MG



www.anjosdaguarda.com.br



www.escoladeseguranca.com.br



www.cepavcurso.com.br



www.globalsemg.com.br



www.graber.com.br



www.golseguranca.com.br



www.rodoban.com.br



www.grupomagnus.com.br



www.grupogp.com



www.gvs3.com.br



www.macor.com.br



www.segex.com.br



PROTEGER E SERVIR

www.mgseg.com.br



www.minasguarda.com.br



gepes@nexusvigilancia.com.br



www.grupoperfect.com.br



PLANTÃO
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

www.plantaovigilancia.com.br



www.gpssa.com.br



www.proforte.com.br



www.prosegur.com.br



www.sousecurity.com.br



www.segurpro.com.br

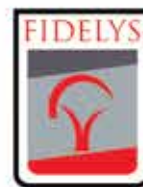


www.g3servicos.com.br

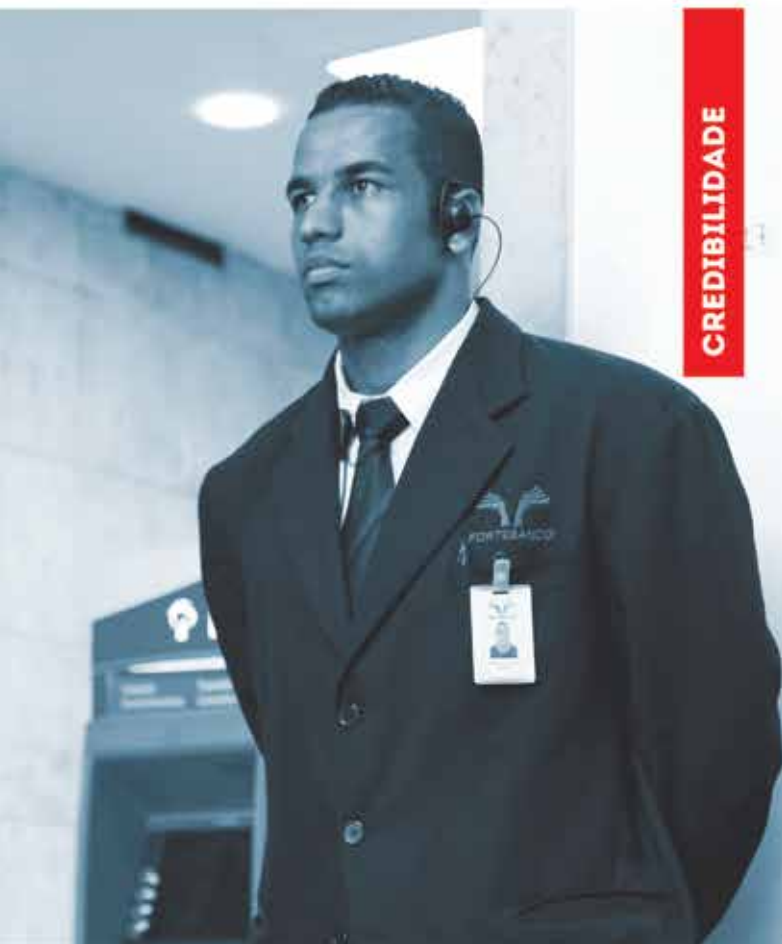


www.conserbras.com.br

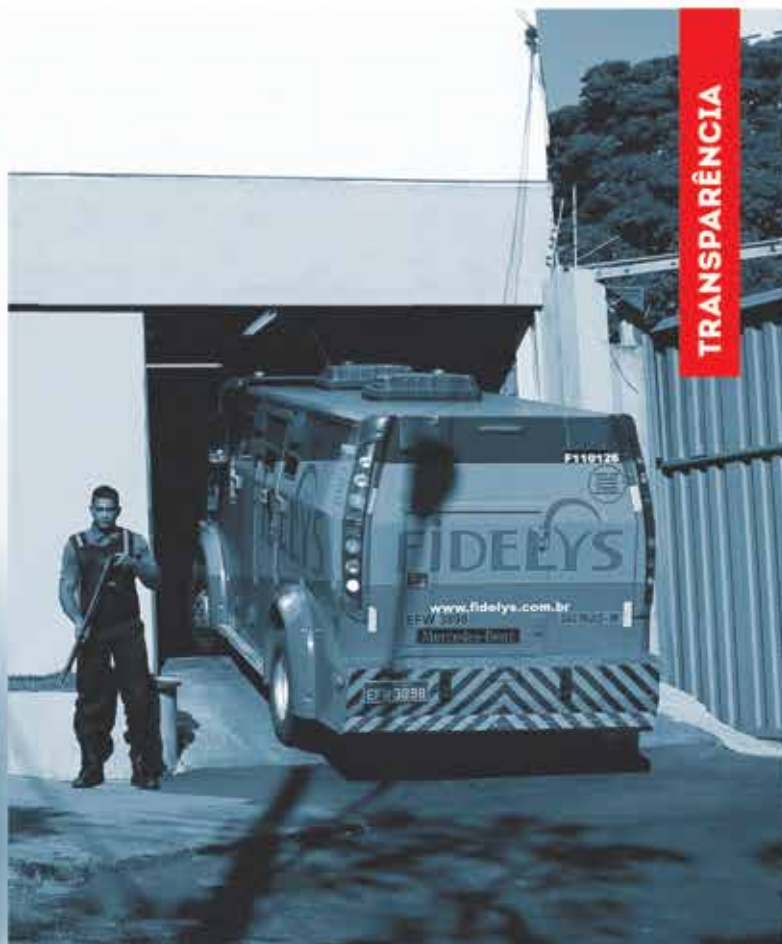
MAIS QUE
SEGURANÇA.
É PRECISO TER
CONFIANÇA.



Transporte de valores



CREDIBILIDADE



TRANSPARÊNCIA

SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

Com autorização para atuar nos estados de Minas Gerais e São Paulo, somente neste setor, a empresa possui um efetivo de 3.000 funcionários.

- Segurança patrimonial
- Segurança pessoal
- Segurança em eventos
- Escolta armada

TRANSPORTE DE VALORES

Especializada em Segurança e Logística de Transporte de Valores. Com sede em Belo Horizonte, e autorizada a prestar seus serviços no Estado de Minas Gerais, está presente em regiões estratégicas. Possui em sua carteira de clientes empresas de varejo, instituições financeiras, indústrias, dentre outros.

- Transporte e custódia de valores
- Processamento de cheques e numerário
- Cofres inteligentes



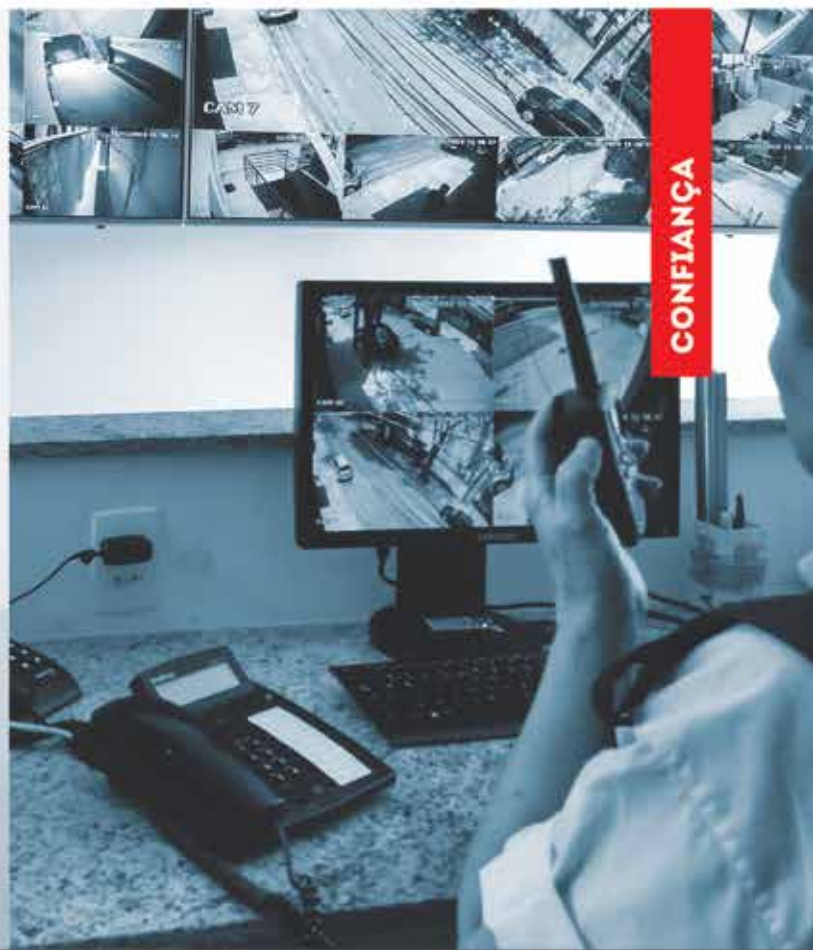
VENHA PARA UM GRUPO FORTE!

Desde 1994, o Grupo Fortebanco oferece experiência, seriedade e credibilidade para prestar um serviço altamente especializado.

- Sede própria
- Presente em mais de 250 municípios
- Manutenção constante em equipamentos e armamentos
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista
- CRS – Certificado de Regularidade em Segurança, emitido pelo Sindesp-MG
- Treinamento e seleção de sua equipe através de departamento de RH próprio e psicólogos credenciados pela Polícia Federal



EXPERIÊNCIA



CONFIANÇA

SERVIÇOS AUXILIARES

Oferece serviço de mão de obra qualificada através de seu quadro de funcionários.

- Portaria
- Recepcionistas
- Serviços gerais
- Serviços especializados

SEGURANÇA ELETRÔNICA

Experiência, estrutura e capacidade técnica para atender especificamente a seus clientes nas demandas por segurança eletrônica.

- Monitoramento Eletrônico
- Circuito fechado de TV (locação e venda)
- Câmeras e alarmes
- Ronda eletrônica



Belo Dente

Odontoplano

MOURA
BENEFÍCIOS

CONSULTORIA
E ASSESSORIA

Atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho, agora todos os trabalhadores e familiares das empresas de vigilância de Minas Gerais podem ter um Sorriso Campeão!

Leve um sorriso a seu colaborador.

Maiores esclarecimentos

www.belodente.com.br

Ouidoria: (31) 3048-6103 (BH e Grande BH)
0800 701 3803 (outras regiões)

Responsável Técnico: Dr. Luiz Antônio Dutra Ladeira
CRO MG - 8784

Belo Dente Odontologia Ltda - EPAO - 1550

ANS-35.156-3

